

O BREJO E OS BARÕES

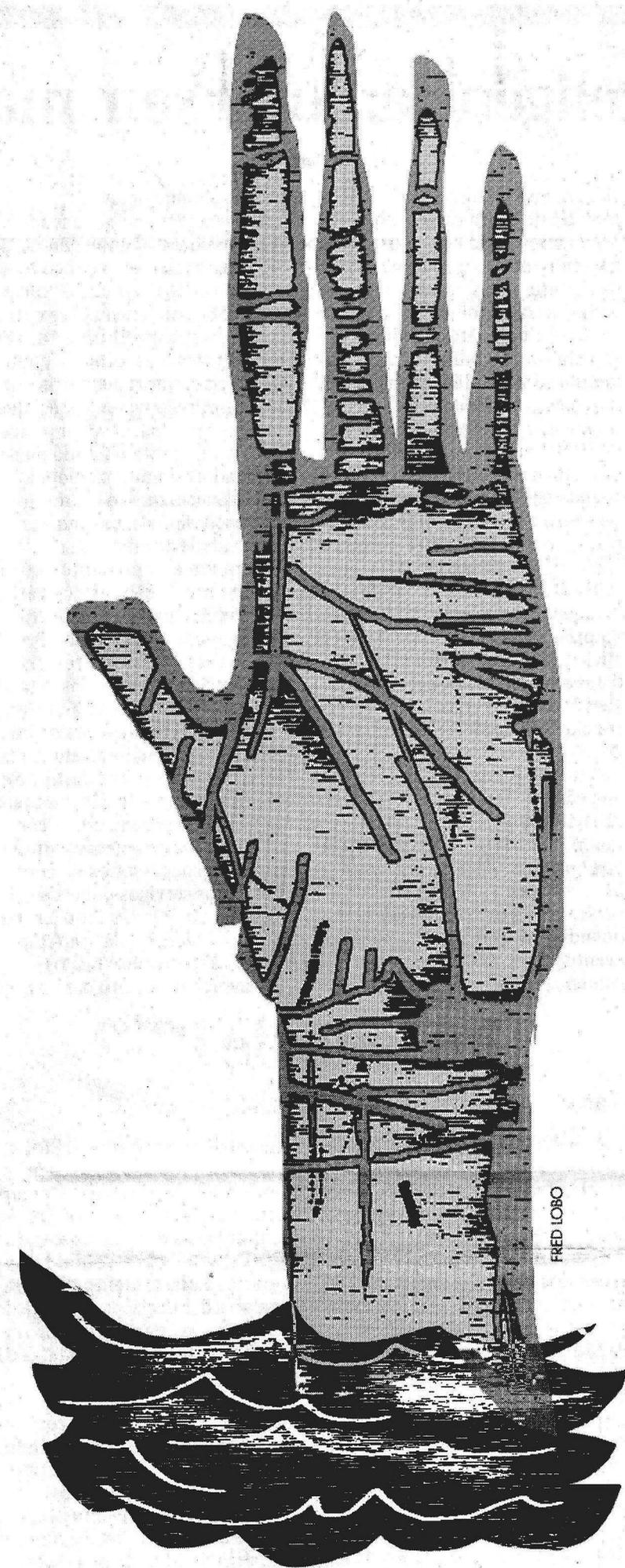
Mauro Santayana

Chegando ao final da campanha eleitoral, o governo do sr. Fernando Henrique faz lembrar a célebre aventura do Barão de Münchhausen na travessia do pântano. Como o cavalo se afundava na argila movediça, o barão só teve uma saída: a de puxar o seu próprio cabelo e, assim, salvar-se e salvar a sua montaria. Sentindo o brejo mover-se e a montaria da reeleição afundar-se no desempenho dos seus candidatos, a nobreza tucana puxa pelos cabelos.

Um homem sensato, com razoável experiência humana e política, trataria de ouvir a Nação e desouvir os tecnocratas e bajuladores que o cercam, a fim de cumprir bem o seu mandato — e deixaria a ambição descansar durante o período a ser ocupado pelo seu sucessor. Mas o presidente não percebe que os que o incitam ao passo de arrogância fazem-no por seus próprios interesses. Aos estrangeiros, que sopram em seus ouvidos os melíferos adjetivos da lisonja, interessa o bloqueio definitivo ao crescimento da nação de brasileiros, a mais dotada pela História para ocupar com grandeza o século a vir. Aos nacionais interessa a continuidade no poder, com a manutenção de seus empregos e os ritos e pompas da corte deslumbrada. E a outros nacionais, mais pragmáticos, interessa a permanência de uma política que enriquece os banqueiros, flexibiliza os direitos dos trabalhadores e lhes permite associar-se ao capital estrangeiro na intermediação de bons negócios.

Em São Paulo as chuteiras tucanas já se encontram penduradas. Resta ao sr. Fernando Henrique o consolo de saber que, tendo contribuído o PFL para a eleição do sr. Pitta, se o sr. Pitta vencer, ele pode dizer que teve, na esperteza do sr. Cabreira, ao associar-se a Maluf, um benefício marginal. O mesmo argumento pode ampará-lo no Rio, se o sr. Conde ganhar o pleito. Em São Paulo e no Rio, o governo fez de tudo para garantir aos tucanos lugar no segundo turno. Mas, em Minas, o governador Eduardo Azeredo, que os mineiros elegeram pensando que o filho de Renato seria capaz de ruborizar-se, exagerou em Belo Horizonte e exagerou em Juiz de Fora. Exagerou em Juiz de Fora atendendo a exigência federal: a de derrotar o sr. Itamar Franco e, assim, servir ao chefe paulista. A razão é simples: o sr. Fernando Henrique sabe que, mais dia, menos dia, terá que se confrontar com uma concepção de governo e de Estado que é toda contrária à sua, e que, no jogo das circunstâncias, caberá aos mineiros autênticos assumir a plena oposição ao seu governo. O sr. Itamar Franco passou a ser a mais importante referência política de Minas, para tornar-se, com o passar do meses, a mais importante referência política da resistência popular contra a destruição do Estado Nacional e a doação do patrimônio comum dos brasileiros.

As últimas notícias fazem crer que em Belo Horizonte Célio de Castro chega ao segundo turno e, a ele chegando, derrota o candidato oficial. Em Juiz de Fora, não obstante a riquíssima campanha dos tucanos, a insólita visita eleitoral do sr. Eduardo Azeredo e a petulante de-



claração de um ex-prefeito de que a cidade só deve ser governada por "alguém que pertença a famílias enraizadas na cidade", ou seja, a alguém da elite econômica, como o sr. Arcuri, o sr. Tarcísio Delgado tem tudo para vencer. Com ele está Itamar. Na verdade, tanto a aberta interferência do governador quanto a infeliz declaração do sr. Melo Reis vieram reforçar a candidatura do PMDB.

Enquanto, com uma das mãos, o governo ajuda os seus candidatos, pensando na reeleição improvável, com a outra continua a cumprir o que prometeu em Washington e alhures. Prepara-se, na surdina (como sempre ocorre), novo socorro

aos bancos, mediante a medida provisória que trata das cadernetas de poupança. Na Europa e no Japão, a poupança popular é recolhida por instituições financeiras públicas, como, aliás, ocorria antigamente no Brasil. De acordo com o documento, o governo vai quitar suas dívidas (que só venceriam daqui a dez ou quinze anos), a maioria delas relativas a débitos do Fundo de Compensação da Variação Salarial com títulos, e tais títulos serão usados pelos banqueiros para a compra de empresas estatais, pelo valor de face. E mais: conforme descobriu Aloysio Biondi, até o dinheiro da poupança, ou seja, dos trabalhadores, será usado na privatiza-

ção, conforme o artigo 5º combinado com o artigo 9º da medida provisória.

É um novo "Proer", segundo os bons analistas já advertem. Pela MP, os bancos não são mais obrigados a destinar o dinheiro da poupança à construção da casa própria ou ao financiamento agrícola, no caso da "poupança verde", conforme a lei exigia. A medida provisória omite a exigência, deixando os recursos do povo em mãos dos banqueiros para a aplicação mais "rendosa". Os poupadores continuarão recebendo de juros meio por cento ao mês, com uma TR cuja deflação já está prevista. Mas os tomadores de empréstimos terão que pagar juros de acordo "com o mercado". O mercado, entendamos, é uma instituição dos mercadores, entre eles os mercadores de dinheiro, não é uma instituição dos cidadãos.

Alguns cortesãos, em seu deslumbramento, querem comparar o sr. Fernando Henrique Cardoso a Juscelino Kubitschek. Trata-se da maior blasfêmia cívica que já se cometeu neste país. Juscelino entendeu, como entendem todos os homens de Estado, que as sociedades nacionais têm, como seu primeiro dever, o de construir, com a sua pujança militar, econômica e política, a segurança e o bem-estar de seu povo. Os países que não crescem, agonizam. Ele entendeu que por mais importante possa ser a parceria de outros povos no processo de desenvolvimento, isso é tarefa dos trabalhadores (que devem ser remunerados com justiça), dos técnicos e dos empresários nacionais. A sua meta foi a de avançar cinquenta anos em cinco, e em cinco anos abrimos os caminhos entre os extremos cardeais do país, aceitamos a parceria estrangeira na fabricação de automóveis, levantamos grandes usinas siderúrgicas (também em parceria, como a Usiminas), contivemos os grandes rios para aproveitar a sua força na geração de eletricidade, consolidamos a Petrobras e fizemos com que a Vale do Rio Doce avançasse sobre o mercado mundial de ferro. Isso tudo sem falar em Brasília. E mais: quando foi preciso, fizemos valer a nossa soberania, como ocorreu no rompimento com o Fundo Monetário Internacional. O sr. Fernando Henrique Cardoso não está satisfeito com o que já nos fez perder, nestes dois anos de governo. Quer ficar mais seis, a fim de completar a sua obra. E o empresariado de São Paulo, segundo nos revelam algumas pesquisas, está satisfeito com as falências e o desemprego, desde que lhe seja permitido dispensar os trabalhadores, congelar salários e, se possível, acabar com a previdência social e o FGTS.

Enquanto isso, na Argentina, a Confederação Geral dos Trabalhadores diz, nas ruas, que a paciência com o neoliberalismo já se esgotou. E, entre nós, o sr. Fernando Henrique reserva R\$ 300 milhões do dinheiro dos contribuintes para financiar a sua campanha para a reeleição — um claro desrespeito à Constituição da República, conforme denunciou o decano dos grandes cidadãos de nosso século, Barbosa Lima Sobrinho.

■ Mauro Santayana é jornalista